
TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ DE 1943 A 1946, NO PERÍODO DO GOVERNO VARGAS.

Yhulds Giovanni Pereira Bueno¹
Vinicius Vasconcelos Braga²
Natalia Bogado Balbuena³
Dr. Carlos Otávio Zamberlan⁴

RESUMO

A identidade territorial é um conceito inovador, complexo e controverso, centrado na originalidade e singularidade de realidades geográficas físicas e humanas de localidades e regiões, e que tem sido crescentemente reconhecido como um fator de competitividade, perante as forças da globalização econômica e cultural. A presente pesquisa, mediante o emprego de método de revisão bibliográfica, objetiva a angariar nos documentos históricos informações e acontecimentos pertinentes à valorização da história e identidade local do Município de Ponta Porã/MS, com o fortalecimento da sua memória cultural dentro do cenário nacional. Conclui-se que o levantamento das especificidades histórica e cultural de formação, crescimento e desenvolvimento da região de fronteira, produz o fortalecimento do desenvolvimento local, com a clara propensão a projetos de turismo cultural e daqueles voltados à prospecção da identidade cultural regional e nacional.

Palavras-chaves: Análise; História; cultura; revisão.

ABSTRACT

Territorial identity is an innovative, complex and controversial concept, centered on the originality and uniqueness of physical and human geographic realities of localities and regions, and which has increasingly been recognized as a factor of competitiveness, facing the forces of economic and cultural globalization. The present research, using a method of bibliographical revision, aims to gather in the historical documents information and events pertinent to the

¹ Mestrando no PPGDRS – UEMS, E-mail: yhuldsbueno@gmail.com.

² Mestrando no PPGDRS - UEMS, E-mail: vvbadvocacia@gmail.com.

³ Mestrando no PPGDRS - UEMS, E-mail: natalia_economia2014@hotmail.com.

⁴ Dr. Docente no PPGDRS - UEMS, E-mail: otaviozamberlan@gmail.com.

valorization of the history and local identity of the Municipality of Ponta Porã/MS, with the strengthening of its cultural memory within the national scenario. It is concluded that the survey of the historical and cultural specificities of formation, growth and development of the border region, results in the strengthening of local development, with a clear propensity for cultural tourism projects and those aimed at exploring regional and national cultural identity.

Keywords: Analysis; History; culture; review;

INTRODUÇÃO

Antes de começar apresentar o papel de Ponta Porã como Território Federal no período Vargas e toda a história política cultural de Ponta Porã, realizou-se uma análise historiográfica das publicações e cartas cartográficas, que tratam sobre o tema de estudo, pontuando os fatos que antecederam a criação do território sendo eles registros importantes que permitiram que a cidade fronteira fosse escolhida para criação do território, marcando a fronteira nos anais da história nacional, em meios a interesses políticos e conflitos de poderes que transferiu para o município o status de capital. Será elaborada uma prévia cronologia na linha historiográfica temporal, para compreender o seu envolvimento nesse capítulo da história do Brasil.

Além disso, deveras importante é ressaltar a necessidade de discussão e exaltação da identidade cultural da fronteira, ante sua importância no desenvolvimento da região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, com nuances históricas e culturais aptas a fomentar projetos públicos e privados de desenvolvimento do turismo, comércio e indústria local. Perante a globalização, entendida como compressão de barreiras espaciotemporais à escala mundial, ganham importância e destaque as escalas e as dimensões da localidade e da região, quando as empresas, os governos e toda a esfera econômica e social dos setores público e privado se preocupam em identificar as especificidades das localidades e seus recursos.

Trata-se de usar a identidade territorial para promoção do desenvolvimento regional e local, mas é preciso fortalecê-la ou reforçá-la, ou até mesmo criá-la. Como criar, fortalecer ou reforçar a identidade? A educação é uma forma de fazer isso. A educação é teoricamente dividida em informal, aquela dada no ambiente familiar, formal, ligada ao ambiente escolar e não formal relacionada ao ambiente sócio-político-cultural.

IDENTIDADE TERRITORIAL

A caracterização da identidade territorial no contexto da historicidade analisando a geopolítica regional justifica os acontecimentos que proporcionaram a criação do Território Federal em Ponta Porã, evidenciando a importância de esboçar uma argumentação que proporcione o meio geográfico fundamental as ações que emergem na formação da identidade.

Em trabalho realizado por Froehlich et al. (2009) constata-se que aspectos relacionados à identidade territorial são vistos como elemento de caracterização de uma região e que podem ser utilizados para fortalecimento de marca regional frente a um mundo globalizado. Dessa forma, criam-se especificidades locais que passam a atrair visitantes de outras regiões ou, mesmo, fazer parte da identificação de produtos comerciais que caracterizem uma região e que lhe confira valor agregado. Essa constatação é reforçada por Roca e Mourão (2003, p.103).

De acordo com Aparici e Marí (2003, p. 115. Tradução nossa) a globalização ou mundialização aparentam sinalizar um novo processo na civilização, talvez, por seu tamanho, é aberto a dimensões que aparecem para nós como ambivalente. Até mesmo os seus nomes indicam diferentes perspectivas. Estas diferenças nos ligam a este processo com a extensão de um modelo de sociedade de consumo, que passou a fazer fundamentalmente parte da segunda metade do século XX, apesar de suas raízes, nas próprias origens do capitalismo. Vários estudos descobriram que a personalidade da marca tem um impacto direto sobre atitude e comportamentos, outros argumentam que a marca influencia na relação entre comportamentos e personalidade, finalmente, há quem olha diretamente para o efeito nos resultados do sucesso da marca está ligada a identidade territorial logo exerce influência no sistema comportamental e cultural. Segundo Lam, Araujo, & Schillewaert (2012, Kurt et al., 2016), alguma pesquisa tenha teorizado sobre o papel da cultura nas relações de marcas de consumo e territórios, a pesquisa empírica ainda é muito limitada.

Hansen (1938) realizou estudos despertados, através do interesse de americanos na cultura e na história de seus antepassados, especialmente nas diversas gerações dos imigrantes originais. Foi um dos a teorizar sobre o ressurgimento geracional, explicando-lhe desta forma: o que o filho de imigrantes optou por esquecer, o neto deseja lembrar. Para muitos a solução tanto na necessidade para uma identidade territorial original e o desejo simultâneo de ser uma parte de uma comunidade era retornar à etnia de seus antepassados. No entanto, a etnia que voltaram a tomar uma nova forma, a "etnia simbólica", que ofereceu aos indivíduos à oportunidade de escolher os aspectos mais atraentes da cultura imigrante a música, a dança, e os alimentos sem sofrer o ostracismo do estranho e os obstáculos constantes da linguagem. Foi

um período de busca de raízes e formação de novas identidades territoriais e étnicas, que poderia fornecer o melhor de ambos os mundos (Gans 1979, p. 1).

Segundo Araújo (2013), fomentar políticas e planos no setor sociocultural, educacional e turístico que envolve diretamente a disposição para o estabelecimento de parcerias entre gestores públicos e iniciativa privada. A criação de um espaço para a atuação de estudiosos, pesquisadores e profissionais de áreas diversas de conhecimento e formação, capazes de dar novos rumos não só no âmbito sociocultural, educacional e turístico, mas à economia como um todo, visto que as parcerias entre os diversos setores promoveram a criação de uma rota histórica, esta apresentará um caráter multidisciplinar e tem um efeito multiplicador, atingindo os diversos setores da sociedade e economia.

Araújo (2013) ressalta que a palavra turismo originou-se da expressão inglesa *tourism*, que por sua vez deriva do vocábulo francês *tour*, quando ainda no século XIX ingleses pertencentes à aristocracia diziam *faire un tour* (dar uma volta), referindo-se ao ato de viajar pelo próprio continente europeu. A prática do turismo, no entanto, foi intensificada somente no século XX em decorrência da modernização tecnológica. De acordo com Barretto et.al. (2003), o turismo pode ser analisado de diferentes formas. “Fazer turismo” pode ser o que os turistas fazem – viajar por prazer. Mas também pode ser visto como a atividade resultante de uma interação dos turistas com prestadores de serviços. Esse segundo aspecto é conhecido como a “indústria turística” e é da alçada do chamado “trade turístico”.

ASPECTOS HISTÓRICOS DE CONSTITUIÇÃO DE MATO GROSSO ANTERIORMENTE À SUA DIVISÃO

Desde quando foi proclamada a república no final do século XIX até o ano de 1930 vigorava no Brasil a então república velha, sendo ela marcada por inúmeras revoltas que marcaram seus governos no início do século XX. Este período ficou conhecido pela oligarquia cafeeira por sua aliança entre São Paulo e Minas Gerais como a política do “café com Leite”, onde a elite cafeeira paulista e os produtores mineiros, através de sua potência econômica e influência sócio-política se revezavam na presidência do Brasil. Essa forma de centralização de poder que se deu por fatos da economia ser dependente do café, dando aos cafeeiros, poder de decisão, esse momento histórico foi marcado por ações como a reurbanização e saneamento do Rio de Janeiro então capital federal do Brasil, as imigrações de europeus, e japoneses por construções das estradas férreas, usinas hidrelétricas e redes telegráficas, mas as revoltas e greves operárias marcaram esses governos. Getúlio Vargas derruba a Constituição brasileira no

ano de 1931, reunindo enormes poderes no Brasil. No dia 9 de Julho 1932 a revolução explode pelo estado São Paulo, os paulistas contavam com apoio de tropas de diversos estados, como Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Quando ocorreu a revolta Constitucionalista de 1932, a região mais ao sul Mato Grosso aderiu ao movimento, visando desta forma obter apoio para sua luta, sob a seguinte condição, em caso de vitória dos revoltosos, na sua maioria paulistas e estados aliados, obteria força política para a tão sonhada separação do norte no caso Mato Grosso. Getúlio Vargas se articulou rapidamente e conseguiu reter esta aliança, isolando São Paulo. Sem qualquer apoio, os flancos paulistas ficaram vulneráveis, e o plano de rápida conquista do Rio de Janeiro transformou-se em uma tentativa desesperada de defender o território estadual paulista.

Em Mato Grosso os militares rebelados, sob o comando de Bertoldo Klinger, comandante nesse período histórico da Circunscrição Militar de Mato Grosso, que funcionava na cidade de Campo Grande, estrategicamente se instalaram no sul do estado um governo, que se tornou nessa época dissidente sob o comando de Vespasiano Martins, prefeito da cidade de Campo Grande. O conflito se estendeu por três meses segundo relato histórico, a região sul do estado de Mato Grosso autodenominou-se “Estado de Maracajú” cidade base dos revoltosos, os “constitucionalistas” que se autodenominavam divisionistas, foram derrotados pela força Getulista que tinha apoiadores defensores de Getúlio, não se cumprindo, a promessa da divisão com a derrota total dos estados revoltosos. Esta revolução, no entanto, promoveu a divulgação do movimento divisionista, marcando a cidade de Campo Grande tornado o centro político de Mato Grosso, com apoio de cidades como Três Lagoas e o Bolsão e Maracajú.

A figura 1 traz a ilustração da área territorial e sua abrangência, com 12 municípios, população e produção do estado de Maracajú.

Figura 1



Fonte: MAGALHÃES (2011 pág. 65.).

Sem saída, os revoltosos se rendem, mesmo com a vitória militar, Getúlio Vargas atende alguns pedidos dos republicanos, convoca a Assembleia em 1933, que, em 16 de Julho de 1934, promulga a nova Constituição, trazendo novidades como o voto secreto, o ensino primário obrigatório, o voto feminino e diversas leis trabalhistas, reformas que marcaram o seu governo e transformaram-no pai dos pobres.

A nova constituição estabeleceu também que, após sua promulgação, o primeiro presidente seria eleito de forma indireta pelos membros da Assembleia Constituinte, Getúlio Vargas saiu vitorioso. Por situações políticas e temeroso de sofrer um golpe interno em seu governo, em 1937, Getúlio Vargas derruba a Constituição 1934 e declara o Estado Novo. A constituição de 1937, que criou o "Estado Novo" getulista, tinha caráter centralizador e autoritário. Ela suprimiu a liberdade partidária, a independência entre os três poderes e o próprio federalismo existente no país, Vargas fechou o Congresso Nacional e criou o Tribunal de Segurança Nacional. Os prefeitos passaram a ser nomeados pelos governadores assim evitariam transtornos e manteriam sempre o seu poder de decisão em seus municípios, e os governadores, esses por sua vez, eram nomeados pelo presidente. Foi criado o DIP-Departamento de Imprensa e Propaganda, com o intuito de projetar Getúlio Vargas como o "Pai dos Pobres" e o "Salvador da Pátria", como também vetar qualquer propaganda a ser vinculada contra o presidente uma censura velada, mas proativa.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE PONTA PORÃ NO CENÁRIO NACIONAL

Anterior ao povoamento da região fronteira estes oriundos dos mais diversos lugares do país e do mundo, em especial de sulistas e paulistas. Os primeiros a se aventurar pelas vastas terras da região Oeste e Sul do Brasil, citados em arquivos históricos, pois tinham como objetivo desbravar a grande imensidão de terras da região de Mato Grosso, onde hoje é o Estado de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do sul, foram os bandeirantes: Antônio Castanho da Silva, Jerônimo Bueno e Jerônimo da Silva no período 1622, Francisco Pedroso Xavier em 1638, Antônio Pereira de Azevedo e Raposo Tavares em 1648, Campos Bicudo 1691, Pascoal Moreira Cabral Leme 1718.

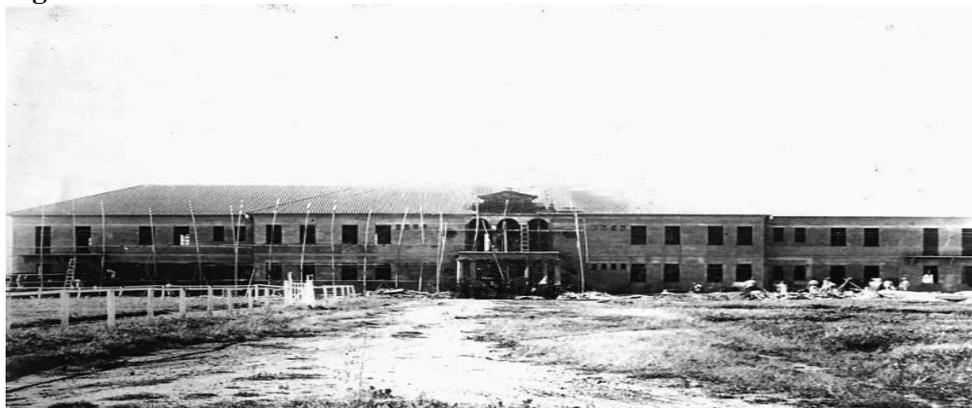
Os registros historiográficos, sobre como iniciou o povoamento da fronteira é mencionado que, um dos primeiros fatos histórico ocorrido no ano de 1777 quando uma expedição militar chegou a esta região fronteira, tendo como objetivo de explorar o solo, conhecer e mapear de forma mais precisa a extensão e todas as riquezas, assim poderiam ver

sua dimensão com uma maior precisão, sem contar que o fator que chamava a atenção seria o potencial na quantidade de matas e futuras terras para expansão, exploração e cultivo que esta região teria. Um século depois no ano de 1862 chegou o grupo do tenente militar Antônio João Ribeiro que tinha como objetivo fixar um forte na cabeceira do rio Dourados, onde hoje é o município de Antônio João, erguendo ali a famosa Colônia Militar dos Dourados que foi destruída durante a Guerra da Tríplice Aliança ficando este fato marcado na história fronteiriça e nacional como um dos motivos que provocou o conflito entre as duas nações, este local um ponto estratégico por ser uma cabeceira e ponto de parada a viajantes, cruzamento de caminhos, já demarcados em vários mapas do século XVII e XIX, utilizado por tropeiros e pelo próprio exército para observação, reabastecimento e descanso, uma rota cobiçada na época que gerou a polemica de posse e reivindicação de territórios.

Anterior e pós-proclamação da república o exército foi ponto chave na estruturação territorial do Brasil. Na década de 40 a fronteira inaugura a estrutura existente até os dias atuais do 11º RC, imponente e soberba com suas linhas arquitetônicas clássicas, mas acolhedora a todos os filhos desta terra que a ela irão servir. Desde sua criação ao longo das décadas muitos foram os valorosos soldados que serviram nesta unidade militar, o 11º RC MEC tem em sua história a participação de praças na segunda Guerra Mundial, como em várias colaborações em conjunto com a (ONU-Organizações das Nações Unidas), sendo as mais recentes no Haiti. O Regimento recebe anualmente integrantes da EsSA, AMAN, EsAO, ECEME e do Centro de Instrução Paraquedista Gen Penha Brasil, para a realização de diversos PCI (Pedido de Cooperação de Instrução).

A Figura 2, cuja origem é creditada a Albert Braud, retrata a construção do pavilhão principal do 11º RCI (Regimento de Cavalaria Independente) no município de Ponta Porã.

Figura 2:



Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia>

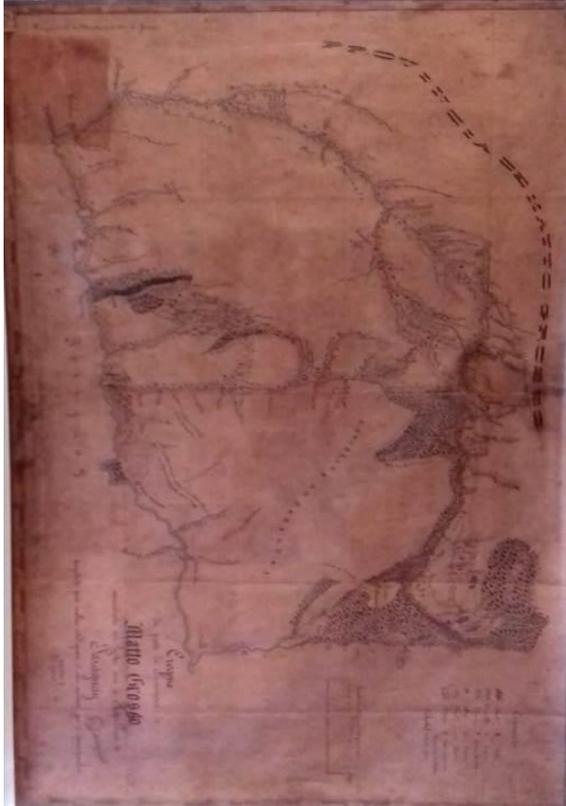
O presidente da República Epitácio Pessoa sanciona em 1919 o Decreto número 13.916 de 11 de dezembro, criando em Ponta Porã o 11º RCI (Regimento de Cavalaria Independente) é instalado no ano seguinte, sendo seu primeiro Comandante o Capitão Hipólito Paes Campos, construído a partir de 1921 na cidade de Ponta Porã. Sua missão, proteger a fronteira oeste do Brasil. A finalização da sua estrutura ocorreu anos mais tarde na década de 40.

A preocupação com a segurança é essencial para manter a ordem dentro dos limites territoriais. Toda princesa precisa ser protegida não diferente a cidade fronteiriça Ponta Porã carinhosamente apelidada de “Princesinha dos Ervais” tem no 11º RC MEC, seu guardião sempre a postos para defender região fronteiriça de qualquer invasão.

Mendes (1920) no seu livro *A Guerra do Paraguai* tem o enfoque nas questões das políticas internacionais dos limites territoriais e fronteiras são ressaltadas por Teixeira Mendes como fatores que exercia influência para que os conflitos ocorressem. “(...) dilaceram-se encarniçadamente as nações cujos interesses são mais comuns, cujas ligações são mais fraternas; profana-se o passado, compromete-se o futuro, sacrifica-se o presente (...)” A questão dos limites territoriais e fronteiras são ressaltados por Teixeira Mendes como fatores que exercia influência para que os conflitos ocorressem.

PRIMEIRA COLÔNIA MILITAR DE PONTA PORÃ

A Figura 3 dá conta do registro cartográfico de uma colônia militar no ano de 1876 em Ponta Porã no pós-guerra com o Paraguai, traz a reflexão da necessidade de manter protegidos os limites estabelecidos no término do conflito, este dado documental se evidencia no mapa do mesmo período nos pontos devidamente identificados como postos militares no contorno dos limites de fronteira totalizando 10 instalações, uma barreira de proteção contra possíveis invasões. No enunciado descrito no próprio mapa *Uns croquis da parte da província de Matto Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay projectada para melhor inteligência de uma exposição que o acompanha*”. No pós-guerra muitos militares foram designados para realizar o mapeamento dos novos limites territoriais do império do Brasil.

Figura 3:

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil mapa de 1876.

A figura 4 representa cópia do mapa da região de Ponta Porã, datado de 1870, apresentando esboço das estradas de Iguatemy a Panadero, Punta Porã, Dourados e Miranda, conceição, Belem-Cuê, Horqueta e Paquaty. Compreendendo dos terrenos adjacentes, um traçado evidenciando os caminhos que tinham como ponto em comum a bifurcação onde se localiza Punta Porã, todas as rotas das localidades mencionadas se cruzavam, um caminho estratégico organizado segundo as informações coletadas e cartografadas pelo Major Antonio Cespedes. Autor Pimentel A. Este mapa está à disposição para pesquisa na Biblioteca Nacional do Brasil disponível digitalmente. Ambos os mapas, são utilizados pelo grupo permanente de trabalho e pesquisas sobre alternativas ao desenvolvimento do Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Strictu Sensu (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Figura 4:

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil mapa de 1870.

PONTA PORÃ CAPITAL DO TERRITÓRIO FEDERAL

A indicação do município fronteiriço de Ponta Porã a “Princesinha dos Ervais”, pois seria criado o Território de Ponta Porã, um território federal brasileiro, em 13 de setembro de 1943, conforme o Decreto-lei n.º 5 812, do governo de Getúlio Vargas. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo então decide desmembrar seis territórios, considerados pontos estratégicos localizados na faixa de fronteira, segundo levantamentos realizados por órgãos de inteligência internos do país para administrá-los diretamente, de maneira a melhorar e proteger a linha de fronteira evitando eventuais ataques e invasões. Com estas informações o governo Vargas observou a necessidade de serem criados os territórios do: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguazu e o arquipélago de Fernando de Noronha, com intuito de proteção do território nacional.

A figura 5 dá conta da primeira visita do presidente Getúlio Vargas à fazenda Pacurí em Ponta Porã, ocorrida no ano de 1938, juntamente com militares do 11 RC I.

Figura 5:



Fonte: MAGALHÃES (2013 pag. 259)

O Decreto-lei n.º 5 812, que criou o Território Federal de Ponta Porã, estabeleceu que o mesmo fosse formado pelo município de Ponta Porã onde se instalou a capital e mais seis outros sendo eles: Porto Murinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju. Com articulações políticas a capital foi transferida para Maracaju em 31 de maio de 1944 Decreto-lei n.º 6 550, e novamente voltando a Ponta Porã através do Decreto de 17 de junho de 1946, nesse período articulações e interesses políticos fizeram com que prevalecesse a força da fronteira, sobretudo pelo fato que o município de Maracajú teria um papel estratégico no período da revolta de 1932 enfrentado no governo de Vargas. Apesar de um período que a Capital Federal foi o município de Maracaju, os documentos, despachos, sedes e alojamentos sempre permaneceram em Ponta Porã, utilizando o prédio do Castelinho que pertencia ao corpo da guarda estadual, outro prédio utilizado onde hoje se encontra o Ministério do Trabalho em Ponta Porã na Avenida Brasil.

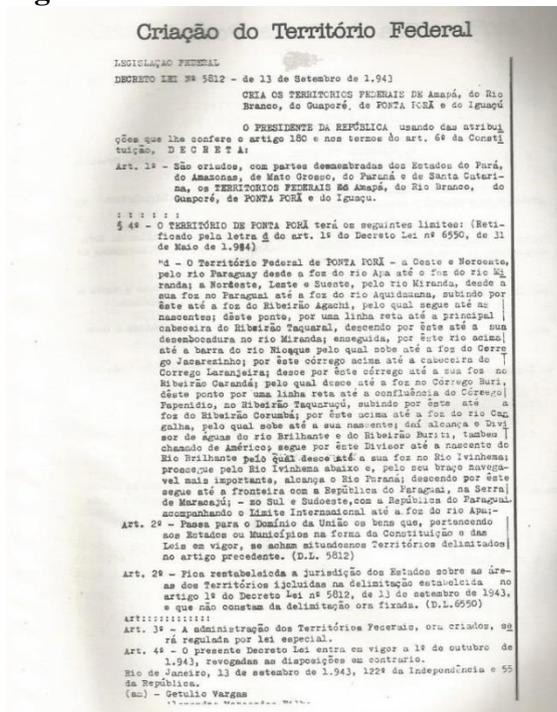
Figura 6:



Fonte: MAGALHÃES (2011 pag. 89). Foto creditada a Albert Braud. Prédio do castelinho que se localiza em Ponta Porã MS, utilizado com sede do Território Federal de 1943 a 1946.

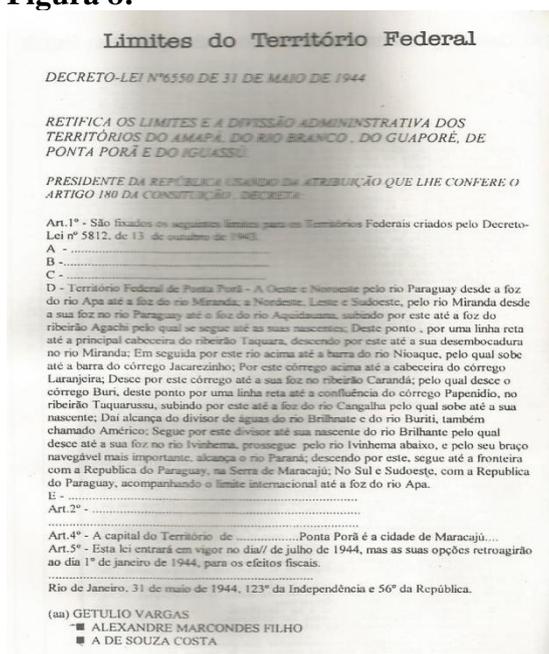
As figuras 7 e 8 foram extraídas do documento oficial de criação do território Federal de Ponta Porã.

Figura 7:



Fonte: FREIRE. (1999 pag. 216)

Figura 8:

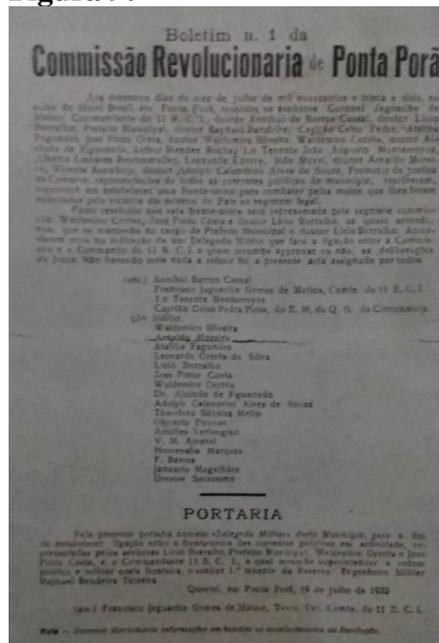


Fonte: FREIRE. (1999 pag. 217.)

A mudança da sede da capital do território pode ser justificada, por ter Ponta Porã uma participação mais efetiva, no apoio no combate direto ao grupo de separatistas liderado por Vespasiano Martins na revolução divisionista, que pretendia criar um estado ao sul de Mato Grosso, combatida por Vargas e seus apoiadores da região de fronteira. Conhecida como Comissão Revolucionária de Ponta Porã, apesar da denominação defendia a situação de permanência contra a divisão e apoiando o presidente, situação que se evidenciava no boletim que foi emitido aos dezenove dias do mês de julho de 1932, reunidos no Hotel Brasil, com a presença do Comandante do 11º RC I Coronel Jaguaribe de Mattos, Doutor Lício Proença Borralho Prefeito Municipal, Capitão Celso Pedra, 1º Ten. João Augusto Montarroyos, Doutor Adolph Calandrini Alves de Souza Promotor da Justiça da Comarca, Vicente Azambuja, Alberto Linhares Bentenmuller, José Pinto Costa e demais representantes das correntes políticas do município. A comissão resolve manter o cargo de prefeito ao doutor Lício Proença Borralho e nomear o 1º Tenente da reserva o Engenheiro Raphael Bandeira Teixeira Delegado Militar na incumbência da ordem política. No decorrer da luta dos separatistas, José Pinto Costa, o Advogado Adolpho Calandrini e o Tenente Raphael Bandeira Teixeira deixaram a comissão e apoiaram os separatistas que foram derrotados pelo movimento getulista. Esta contribuição de apoio permitiu anos mais tarde um olhar diferenciado do Presidente Getúlio para Ponta Porã.

Figura 9 reproduz imagem do boletim n 1º da Comissão Revolucionária de Ponta Porã, emitido em 19 de julho de 1932.

Figura 9:



Fonte: MAGALHÃES. (2013 pag. 72).

O território foi extinto em 18 de setembro de 1946 pela Constituição de 1946, e reincorporado ao então estado de Mato Grosso. Atualmente a área do antigo território de Ponta Porã região de fronteira que faz divisa com a cidade de (Pedro Juan Caballero Capital do Departamento de Amambay situada país vizinho Paraguai), faz parte do estado de Mato Grosso do Sul, o governador durante os três anos de existência do Território de Ponta Porã foi o militar Coronel Ramiro Noronha.

Consta em registros e relatos que anterior à nomeação do Coronel Ramiro Noronha o engenheiro militar José Guiomard dos Santos, foi procurador do Território de Ponta Porã antes de se filiar ao PSD e posteriormente Governador do Território Federal do Acre, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra, renunciou ao cargo para entrar na política elegendando-se deputado federal em 1950, 1954 e 1958.

A figura 10 reproduz imagem do Governador do Território Federal de Ponta Porã 1943 a 1946 o Coronel Ramiro Noronha.

Figura 10:

Fonte: MAGALHÃES. (2013 pag. 272).

Analisando os acontecimentos referentes ao período histórico que Ponta Porã ocupou o posto de Capital, e os conflitos políticos existentes neste período, o que pode ter ocorrido que, historicamente se indicava muitos amigos por indicação de políticos sem decretos oficiais. O que gerou conflito de informações sobre quem teria ocupado o posto de governador do Território. Oficialmente através de decreto consta o militar Ramiro Noronha e José Guimard dos Santos como procurador, para época ficaria em segundo no comando uma espécie de Vice Governador. Os fatos políticos da criação do território de Ponta Porã se deram estrategicamente neste período histórico nacional, para desarticular os ativistas que na época lutavam para divisão do estado de Mato Grosso e a criação do Estado de Maracaju e a Capital a cidade de Campo Grande.

MATERIAIS E MÉTODOS

O referencial teórico permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Segundo Marion, Dias e Traldi (2002, p.38): “O referencial teórico deve conter um apanhado do que existe, de mais atual na abordagem do tema escolhido, mesmo que as teorias atuais não façam parte de suas escolhas”.

A escolha da metodologia torna-se fundamental no direcionamento de uma pesquisa. Neste estudo, utilizou-se de uma que de acordo com Gil (1991) são desenvolvidas a partir de material já elaborado, principalmente livros, documentos, cartografias e artigos científicos,

correlatos às narrativas históricas sobre o período de criação do Território Federal de Ponta Porã/MS, além dos aspectos relacionados à história, territorialidade e identidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, Território e Desenvolvimento: Uma análise bibliográfica da importância histórica de Ponta Porã Território Federal de 1943 a 1946, no período do Governo Vargas, buscou identificar a potencialidade de ser utilizado como referencial histórico, para a construção do objeto de estudo, considera-se que os pontos identificados sobre a formação da cidade de Ponta Porã, contribuem para escolha da mesma como Capital do Território.

Nesse período histórico e político do Brasil, a decisão do Presidente Getúlio Vargas de criar novos territórios federais estava relacionada principalmente com a soberania nacional sobre as regiões de fronteira, sua intenção era permitir ao governo federal ocupar mais diretamente regiões fronteiriças de baixa densidade demográfica, com pequena rede urbana e reduzida presença do poder público.

Existe o fortalecimento na questão de conhecer mais profundamente a identidade cultural regional e nacional. Ao realizar este levantamento de dados relacionados aos dos principais tópicos dentro da historiografia relacionados observa-se que os mesmos fazem parte integrante dentro da formação, crescimento e desenvolvimento da região de fronteira.

Segundo levantamento do governo de Vargas, nas regiões em que foram criados os estados de Iguazu e Ponta Porã, comissões do governo havia notado a presença de grandes contingentes de indígenas e registrou a presença de grupos de paraguaios e argentinos vivendo ali, que não falava português e que utilizavam as moedas de seus países de origem como moeda corrente.

Este fato já havia aumentado a preocupação do governo em relação à garantia da soberania sobre estas regiões. Apesar da determinação da Constituição de 1937 da criação de uma faixa próxima à fronteira com controle direto do governo federal, a organização do Território de Ponta Porã, só ocorreu em 1943. Após 15 anos de governo getulista, é afastada a possibilidade de sua continuidade, mesmo com muitos apoiadores, em dezembro de 1945 foram realizadas eleições para Assembleia Constituinte e para presidência da República.

O projeto utiliza as publicações existentes, para observar os processos sócios históricos regionais na formação da identidade territorial, o mesmo vem de encontro com a necessidade de realizar não somente um levantamento histórico sobre as questões territoriais, que

proporcione transmitir o conhecimento da historicidade local, à preservação da memória indenitária da comunidade fronteiriça,

Outra observação a ser feita é sobre como proteger o patrimônio histórico a princípio na divulgação dos mesmos e sua historiografia, uma grande ação coletiva entre entidades públicas e privadas, para que ações propostas realmente se efetivem, utilizando da tecnologia para a sua divulgação e conhecimento de todos, para alcançar um número expressivo de pessoas envolvidas na preservação e na divulgação dos pontos históricos.

A valorização do patrimônio histórico-cultural para preservação da identidade territorial é muito importante por fazer parte da formação da região, buscando estimular a partir das unidades educacionais, e subsequentemente envolvendo as associações de comerciários, o poder público o setor hoteleiro.

Este projeto vem contribuir dentro das pesquisas sobre a criação dos Territórios, especificamente por levantar questões sobre os motivos que levaram o governo Vargas a criar o Território de Ponta Porã, as questões políticas e estratégicas. A existência de uma identidade territorial e a importância da manutenção de sua memória da cultura dentro da história regional e o principal ponto deste objeto de pesquisa, pois um povo sem memória se torna um povo sem identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ARAUJO. R. F. **Projeto de Intervenção**: proposta de um roteiro turístico cultural, para o município de Tibau do SUL/RN. UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Curso de Gestão de Políticas Públicas. 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3ed. São Paulo. Companhia das letras. 1994.

BUSÓN, C. (2011) **El uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) em el área de ciencias naturales**. Estudio exploratorio sobre redes colaborativas, sociales y comunidades de aprendizaje en el aula. Tesis doctoral. Madrid.: UNED

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena** **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste**: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945). 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002.

CRUZ. Sergio Manoel da. **Data e Fatos Históricos do Sul de mato Grosso ao Estado do Pantanal**. Campo Grande, MS. Pantaneira, 2004.

DALLABRIDA. V. R. **Território E Desenvolvimento Sustentável**: Indicação Geográfica Da Erva-Mate De Ervas Nativas No Brasil. Territory and sustainable development: yerba mate geographical indication of native herbal in Brazil. Informe Gepec, Toledo, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREIRE. João Portela. **Terra, Gente e Fronteira**. Ponta Porã, MS. Borba, 1999.

GENTIL, Alcides. **As ideias do presidente Vargas**: síntese do pensamento de “A Nova Política do Brasil”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBANHES, Brígido. 1997. **Silvino Jacques**: o último dos bandoleiros, o mito do gaúcho sul-mato-grossense. 3ª ed. Campo Grande, UFMS.

IBANHES, Brígido. **Silvino Jacques**: O último dos bandoleiros: história real. 6ª ed. Dourados: Rosário 2011.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/11/construido-em-1919-quartel-de-ponta-pora-vira-patrimonio-historico-em-ms.html>. Acesso em 01 agosto de 2017.

_____. <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/era-vargas.htm>. Acesso em 01 agosto de 2017.

_____. <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=191999>. Acesso em 01 agosto de 2017.

_____. <https://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>. Acesso em 01 agosto de 2017.

_____. <https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/estado_novo.htm>. Acesso em 01 agosto de 2017.

LAKATOS, Eva Maria MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS, Renato. **A deposição de Vargas em 1945**. In: SILVA, Raul Mendes. Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. **Um homem de seu tempo**: uma biografia de Aral Moreira. Ponta Porã: Alvorada, 2011.

MAGALHÃES. Ramão Ney. **Um Século de Histórias**. Ponta Porã, MS. Proarte Signs, 2013.

MARION, J. C.; DIAS, R.; TRALDI, M. C. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas. 2002.

MARTINS, Demosthenes. **História do Mato Grosso**. São Paulo: V Bicego, [s.d.]. 204p.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: (<http://www.cpdoc.fgv.br>).

PINTO, Tales dos Santos. "**Território Federal de Ponta Porã**"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/territorio-ponta-pora.htm>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

ROSSI. Marco. **Ponta Porã 100 anos**. Campo Grande, MS. Horizonte Verde, 2012.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SELLA, Maria Aparecida. **Ponta Porã – Fronteira sem limite!** Um olhar de gratidão. Ponta Porã – MS. Borba. 2006.

SEREJO. Hélio. **Balaio de Bugre**. Tupã, SP. CINGRAL. 1982.

SEREJO. Hélio. **Pialando... No Mas. Uma homenagem de carinho a Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. Tupi Paulista, SP. Versiprosa, 1989.

SILVA, Sérgio. **A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.